



## A CIDADE NAS FRANJAS DO CAPITALISMO: habitar a periferia e ser jovem negro

*Regina Marques Oliveira<sup>1</sup>*

### RESUMO

O artigo traz reflexões de como o adolescente negro morador da periferia constrói sua identidade a partir das relações com o espaço e acesso à cidadania. Criticamos os sistemas políticos brasileiros e as mudanças recentes nos últimos dez anos e as relações que o Estado estabelece em sua base para garantir sua permanência no poder e menosprezar os compromissos assumidos com a população negra antes da eleição. No mesmo sentido, a presença das ONGS e movimentos sociais nos espaços da cidade periférica reiteram a ausência do Estado na medida em que também utilizam as populações locais para manter seus benefícios de verbas sociais ao invés de fomentarem a busca por uma real cidadania para os moradores. Nesta crítica constatamos que a formação de uma identidade negra forja as condições de interpretação do contexto globalizado, lançando-os no protagonismo de eminentes transformações sociais.

**Palavras chave:** juventude negra, identidade, capitalismo, cidade e movimentos sociais.

### *THE CITY IN THE FRINGES OF CAPITALISM: LIVING IN THE SLUMS AND BEING A BLACK YOUNGSTER*

### ABSTRACT

The paper raises reflections on how black adolescents who live in the slums build their identity out of their relationship with the space and the access to citizenship. We criticize the Brazilian political system and changes that have taken place in last the ten years. We also criticize the relations that the State establishes in its base to guarantee its permanence in the power and to deny the commitments assumed with the black population before election. In the same direction, the social presence of Non Governmental Organizations and social movements in the city slums reiterate the absence of the State power, and also take advantage of the local populations to maintain their benefits of social appropriation instead of promoting and feeding the inhabitants the search for real citizenship. In this criticism, we figured that the formation of black people's identity forges the conditions of interpretation of the globalized context, launching them as protagonists of eminent social transformations.

**Keywords:** Black youth. Social identity. Capitalism. City and social movements.

---

<sup>1</sup> Psicóloga, psicanalista, psicoterapeuta pelo INEF-Instituto de Estudos e Orientação da Família/SP, Mestre em Psicologia Social (PUC/SP) e Doutora em Psicologia Social (em regime de cotutela entre PUC/SP e EHESS-Paris, pelo Programa Nacional para pesquisadores de Alto Nível “Colégio Doutoral Franco Brasileiro” da Fundação CAPES), Com larga experiência em instituições públicas e privadas nos estados de São Paulo e Paraná, bem como na clínica psicanalítica infantil e adolescente em consultório, atualmente é coordenadora do NEPPINS – Núcleo de Estudos e Pesquisa em Psicanálise, Identidade, Negritude e Sociedade - na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, onde também é docente do Centro de Ciências da Saúde – CCS.



## *LA CIUDAD EN LAS FRANJAS DEL CAPITALISMO: HABITAR LA PERIFERIA Y SER JOVEN NEGRO*

### **RESUMEN**

El artículo hace reflexiones sobre cómo el adolescente negro que vive en la periferia construye su identidad a partir de las relaciones con el espacio y el acceso a la ciudadanía. Criticamos los sistemas políticos brasileños, los cambios recientes en los últimos diez años y las relaciones que el Estado establece en su base para garantizar su permanencia en el poder y menospreciar los compromisos asumidos con la población negra antes de la elección. En el mismo sentido, la presencia de las ONGs y movimientos sociales en los espacios de la ciudad periférica reiteran la ausencia del Estado en la medida que también utilizan las poblaciones locales para mantener sus beneficios de verbas sociales en lugar de fomentar la búsqueda por una ciudadanía real para los habitantes. En esta crítica, constatamos que la formación de una identidad negra forja las condiciones de interpretación del contexto globalizado, poniéndolos en el protagonismo de eminentes transformaciones sociales.

**Palabras clave:** juventud negra, identidad, capitalismo, ciudad y movimientos sociales.

## *LA VILLE DU CAPITALISME EN MARGE: LA PÉRIPHÉRIE HABITAR ET ÊTRE JEUNE NOIR*

### **RÉSUMÉ**

Le document apporte des réflexions sur la façon adolescent noir dont la périphérie habitant de construire l'identité de la relation avec l'espace et l'accès à la citoyenneté. Critiquer les systèmes politiques brésiliens et les changements récents dans les dix dernières années, et la relation que l'État établit sa base pour assurer leur mainmise sur le pouvoir et le mépris de ses engagements avec les noirs avant l'élection. De même, la présence des ONG et des mouvements sociaux dans les zones périphériques de la ville réitère l'absence de l'Etat qui utilisent aussi les populations locales à conserver leurs avantages sociaux financement plutôt que d'encourager la recherche d'une véritable citoyenneté pour les résidents. Dans cette revue, nous avons constaté que la formation d'une identité noire interprétation forger des conditions de contexte mondialisé, les jeter dans le rôle d'éminents transformations sociales.

**MOTS-CLÉS:** les jeunes noirs, l'identité, le capitalisme, la ville et les mouvements sociaux.

A cidade é, ao mesmo tempo, uma região e um lugar, porque ela é uma totalidade, e suas partes dispõem de um movimento combinado, segundo uma lei própria, que é a lei do organismo urbano, com o qual se confunde (Santos, 1998, p.71).

Na cidade percebemos inúmeras diferenças e alteridades, as quais fazem parte de um mesmo contexto de diversidade e igualdade, oposições e aproximações. Esta qualidade surge, porque advém do processo de formação e incremento do capitalismo, quando os excedentes produzidos pelos feudos necessitam ser incluídos no trabalho de produção para gerar lucros através das trocas. Assim é que as cidades se formam e se fortalecem na sua economia de mercado, a qual se incrementará ao longo dos anos.



Neste sentido, o território, que sempre foi um fator de disputa entre os povos da idade média, passa a ganhar novas conformações a partir dos incrementos da cidade. Ela será povoada por todos os que buscam oportunidades de crescimento e desenvolvimento do trabalho - primeiramente artesanal e posteriormente industrial. As relações de trabalho viverão um novo patamar entre senhores e escravos, trabalhadores livres e detentores dos meios de produção. Das relações com o comércio de mercadorias - produtos do local e de outros territórios.

A vida dos sujeitos conhecerá então novas maneiras de ser, agir, relacionar-se, construir a vida nos espaços sociais e humanos a partir das relações mercantis da emergência das cidades. A terra será uma mercadoria cara e o valor de troca acessível àqueles que detêm o poder para regular o uso do espaço na cidade.

Neste processo mundial, a cidade de São Paulo crescerá a partir de suas zonas centrais, locais de comércio e trocas, onde os negros, trabalhadores forros e libertos exercem suas atividades profissionais: ofícios de sapateiros, jornaleiros, cozinheiras, quitandeiras, carregadores braçais, poetas e intelectuais algumas vezes, alguns da própria cidade e outros vindos de outras localidades do Brasil buscam crescer também com a expansão da cidade. No entanto, a cidade que é força motriz engajada por todos, não pertence a todos, pois no espaço da totalidade ele - o espaço - se tornou mercadoria universal por excelência, se convertendo em especulações de ordem econômica, social, política e ideológica.

Nesta direção, a cidade de São Paulo promoverá as trocas necessárias para ir de encontro a esta lógica capitalista de fomento de mercadoria e especulação para enfim segregarem, como convém à lógica capitalista, o habitante do lugar. Além de imprimir a noção de individualismo a partir da fragmentação das identidades que deverão se constituir a partir do consumo e não mais a partir da convivência, trocas, fixação ao lugar.

Sobre isso Richard Sennett nos informa que após a descoberta do sistema circulatório, da respiração e do sangue o planejamento urbano passará por esta influência em todo o mundo. As cidades serão vistas como artérias e veias contínuas, as quais devem favorecer a circulação dos indivíduos e evitar aglomerações.

A circulação, o movimento e a não fixação, são os aspectos mais valorizados para a vida do indivíduo na cidade. Valorizada tanto pela medicina como pela economia, a circulação criou a ética da indiferença. O corpo errante cristão, exilado do Paraíso, tinha pelo menos a promessa, feita por Deus, de que se tornaria mais entrosado com o ambiente e com outros seres humanos sem lugar. (...) O corpo secular em infundável locomoção corre o risco de ignorar essa história, ao perder suas conexões com outras pessoas e com os lugares através dos quais se move (Sennett, 2006, p. 215).

As cidades brasileiras, apesar do calor humano que as moldam, tornaram-se também frias e isoladas na comunicação humana. Fruto do individualismo ocidental elas reproduzem principalmente



entre a juventude, uma lógica de dispersão e solidão. A necessidade do consumo é alimentada pela tentativa de superação desta condição e neste contexto a violência - a ausência do questionamento e do diálogo - é o escape mais usual no cenário das cidades modernas.

Nossas cidades possuem alto contingente juvenil. São Paulo, sua maior metrópole, possui os espaços e territórios da juventude. Juventude que é mestiça e não-branca, fruto das misturas étnicas do país. Mas é principalmente negra, no sentido político que esta terminologia galgou nos últimos anos nos estudos sobre o negro no Brasil. Para pensar a participação jovem no cenário da cidade é preciso considerar a história de seus antepassados; além da história dos cenários da cidade, suas redes de sociabilidade e focos de decisão e poder.

Elas crescem com a força da mão de obra daqueles que produzem as riquezas materiais. E os meios de produção na cidade dizem também respeito à propriedade do solo. É neste espaço, dos lugares específicos que as trocas e produção do trabalho se realizam. E é no solo-espço do território mercadoria que ele é também uma localização. Localização esta que comporta um preço, pelo fluxo de capitais que emana e gera, frente ao aglomerado de pessoas, força da indústria e trocas comerciais.

O negro, trabalhador por excelência no campo e na cidade, terá na cidade de São Paulo, a construção de seu território, de sua maneira de conceber o espaço social e as trocas comunitárias. Ele habitará a cidade e promoverá o seu crescimento junto com os demais povos que a habitam. Mas em São Paulo, assim como nas territorialidades das grandes metrópoles brasileiras como Rio de Janeiro e Salvador, na Bahia, será ele que produzirá a riqueza e habitará o centro da cidade. Mas igualmente, na contradição que os processos de expansão do capital emanam, ele será força de trabalho passível de ser vendida e comprada e, portanto, subordinado a qualidade de objeto, substituída sua humanidade por valor comercial, gerando assim a sua alienação. Esse produto cristalizado do trabalho impõe uma práxis que governa os movimentos das pessoas, determinando inclusive, a maneira como ele agirá no cotidiano (Santos, 2004:31).

A juventude, filha deste contingente de pessoas, possuirá tal argumento por herança; e na contradição dos tempos, com as mudanças estruturais do globo, trará suas maneiras de agir e interpretar este contexto, nas articulações com a vida do cotidiano e das macropolíticas. Deste modo, os habitantes negros da metrópole paulistana que a edificaram enquanto riqueza do espaço produzido e habitado, através de políticas públicas direitistas, serão desapropriados de seus territórios ocupados e legitimamente construídos a partir da produção social do trabalho, forçando-os ao deslocamento para zonas menos centrais da cidade.

Em 1903, início do século XX, efervescência do capitalismo no mundo, o prefeito Antonio da Silva Prado, desapropria o prédio da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos localizada na região mais rica e poderosa da cidade de São Paulo daquele século. Ele transfere a igreja dos pretos para a longínqua região do Paissandu (Amaral, 1991, p. 116).

O espaço público é administrado como lugar de alguns privilegiados e escolhidos para usufruir



das riquezas produzidas por todos nas redes do capitalismo. Criam-se bolsões de exclusão e a população incerta e duvidosa, vinda de alhures, negra e mestiça, deve habitar e viver longe das zonas de progresso. Historicamente podemos observar como foi realizada a segregação sócio-espacial na cidade de São Paulo e por quais vias os negros passaram a sair dos territórios da riqueza para habitar as favelas e periferias paulistas e da maior parte das capitais do país. O regime capitalista e de direita sempre foi tradicionalmente forte e exclusivo na história do Brasil e foi ele que edificou sua estrutura social e política. Por tal razão o Brasil é um país que sempre esteve nos dez primeiros “rankings” das economias mais bem desenvolvidas do mundo, porém com uma taxa de desenvolvimento social baixíssimo. Pois a lógica do capitalismo atende aos interesses dos regimes políticos de direita que em geral são afetos a concentração de capital e renda a partir de privilégios e benefícios de uma minoria do país.

“A noção sobre direita e esquerda situa-se no *universo conflituoso da política*, como refere Bobbio, e o critério mais frequentemente adotado para distinguir a direita da esquerda é a diversa postura que os homens organizados em sociedade assumem diante do ideal de igualdade” (Bobbio, 1995, p. 94). E é sob esta noção que nos apoiamos para discernir sobre as ideias veiculadas no texto. O ambiente urbano construído é produzido de maneira a se conseguir a identificação com a classe dominante, pois o estratagema utilizado será o de transformar o problema da classe dominante em problema público e da cidade, realizando as legislações, regulamentação e zoneamento, a partir dos interesses das elites.

As populações pobres, negras e mestiças, em um Brasil que se pretende branco a partir da modernização, capitalista – transformação, da sociedade agrária em sociedade urbano industrial - serão consideradas inexistentes por questões políticas e ideológicas. Europeus pobres de um território esfacelado - a Europa do pós-guerra - receberão incentivos para habitar e transformar a “*infeliz constatação*” de um Brasil negro.

A era Vargas, iniciada em 1930, período de ditadura no Brasil, será a primeira administração a considerar a população pobre e imprimir uma política de habitação precária com o incentivo legal da autoconstrução da casa própria com a regularização de loteamentos clandestinos. De 1940 a 1964 o Brasil viverá a era dos governos populistas os quais não se alinhavam com políticas democráticas ao mesmo tempo em que eram contra qualquer posicionamento socialista-comunista. A perseguição aos militantes de esquerda colocava-os na clandestinidade e na ausência de diálogo social com os poderes instituídos.

O golpe militar e a ditadura dos anos setenta manterão distantes as possibilidades de expressão popular, e a crise financeira é uma constante para as populações carentes e em maior número no Brasil. Contraditoriamente, este foi o período em que o Brasil, em seu centro mais frenético de produção - São Paulo - mais se desenvolveu em termos urbano-industriais alinhados ao alto desempenho do capitalismo no mundo. Este cenário permanecerá até a década de oitenta, período em que o país inicia



os movimentos por uma representação civil nas tomadas de decisão do país.

A década de oitenta exibirá o agravamento da crise social no Brasil. São Paulo como o termômetro da economia brasileira viverá altos índices de desemprego de jovens e adultos, crise em todos os setores sociais como transporte, saúde, educação. A década de oitenta exibirá o resultado de uma modernização econômica de sentido capitalista firmada no pós-30. Esta modernização capitalista não democratizou as relações políticas e desprezou a necessidade de se iniciar um caminho pela cidadania dos brasileiros. Enquanto o modo de produção capitalista se expandia, tornando-se dominante na formação social, a incorporação dos setores populares fazia-se sob a égide do controle político e da exclusão, por meio de estruturas corporativas (Tótoro, 2004, p. 92).

No âmbito nacional o primeiro governo considerado centro-esquerda, eleito diretamente pelo voto popular, encaminha como pauta principal a privatização das empresas públicas de grande prestígio nacional e internacional. Como justificativa de participar do crescente processo de globalização em marcha em todo o mundo. A opção por uma globalização perversa fará sentir-se no Brasil pelo aumento das dificuldades sociais para os jovens e populações pobres - a maioria - do país, principalmente para os que habitam a periferia - os jovens negros e mestiços.

É preciso dizer que na dimensão de considerar as cidades brasileiras de grande expressão nacional e internacional, como São Paulo, por exemplo, foi preciso considerar as tramas políticas e econômicas que se fizeram presentes no cotidiano do país. Para pensar cidades, precisamos pensar também em formas de gestão pública, aparelho do estado, políticas sociais. Formas de gerir o território a partir de perspectivas de sistemas políticos - esquerda, direita, capitalismo, socialismo-comunismo.

Neste âmbito, fizemos um breve percurso para situar a herança social sob a qual os jovens negros das periferias de São Paulo nos farão participar do enredo desta história, lembrando que a modernização do país se dá pela opção capitalista e com o firme propósito de manter o controle das classes subalternas, visando uma ordem social ou cidadania regulada. A burguesia assumiu o controle do país, como um poder que se fez sem a hegemonia de toda a população, mantendo do alto as decisões e controles sociais. Esta característica que marca o cenário nacional é importante, pois a população historicamente desprezada permanecerá ausente das decisões principais do governo nacional.

No âmbito específico de São Paulo, a cidade passará por gestões francamente de esquerda e de tendência socialista (duas administrações do PT). Estas gestões procurarão inserir a participação popular nas tomadas de decisão das políticas para a cidade. Algumas mudanças importantes serão construídas em termos de saúde, educação e geração de emprego e renda. No entanto, como no âmbito nacional a opção por uma modernização capitalista acaba por calar as necessidades das pessoas como sujeitos individuais e coletivos, as tentativas de redirecionamento social não se fizeram definitivas.



Ainda assim, as possibilidades de alternância de considerações para os caminhos políticos, econômicos e sociais da nação foram semeados. E a partir dos anos 2000 o país - a população pobre majoritária no cenário brasileiro - aparentemente cansada de ser excluída das tomadas de decisão do poder, decide investir em outro projeto de país e modernização social.

Isto terá impacto direto nas considerações dos jovens habitantes da periferia - no caso da metrópole de São Paulo - pois em suas recentes histórias de vida, eles não fazem menções aprimoradas sobre os regimes de governos e os impactos sobre suas vidas, mas são capazes de interpretar seus contextos de vida e agir conforme suas demandas e necessidades, como atores sociais não subordinados ao sistema questionando os caminhos e direções político administrativas do país e no cenário mundial.

Estes jovens da atualidade, filhos da população forra e liberta na São Paulo dos anos de 1881, final do século XIX e início do século XX, vão testemunhar as formas como participam do contexto da cidade, como percebem as relações de força e tensão. E, finalmente, como pensam o seu presente e o seu futuro, os sonhos e as possibilidades de realização.

A população negra da cidade de São Paulo edificou territórios no coração do ouro e da riqueza da cidade. Expulsa pelas redes ideológicas e sociais de cerceamento e domínio dos espaços, ela conseguiu formas de sobreviver às afrontas e desprezos dos representantes públicos governamentais. Se no passado eles foram empurrados para o longínquo Paissandu, hoje, é na periferia da cidade que as populações negras habitam, junto com todos os outros desprezados e desprovidos de direito e cidadania na ordem capitalista do lucro que concebe o território como mercadoria a partir da desapropriação de populações historicamente desprezadas no cenário mundial.

A despeito da lógica mercantil capitalista, ainda que esta população tenha de fato deixado o lugar de sua construção inicial de vida, ela por outro lado, deixa a marca de suas pegadas nas ruas da cidade. São insígnias pequenas, imperceptíveis, que não se reconhecem de imediato, mas a música, a culinária, o modo de ser do brasileiro e, sobretudo, os conflitos sociais presentes no cotidiano deixam suas marcas visíveis no espaço do território construído, vivido e habitado.

As populações jovens negras e mestiças – *africanas, brasileiras* – terão noções do que é habitar a cidade periférica, a favela, as habitações e bairros precários. Eles têm a dimensão da desigualdade, da exclusão e desapropriação da vida, que no limite da condição humana é completamente desprezada.

No cotidiano da favela e da periferia, fica claro que a regra do jogo é o dinheiro, o capital, o lucro, o se dar bem a qualquer preço, reproduzindo igualmente a lógica do mercado implícita e explícita nas relações mercantis que adentram as relações sociais não promovendo a separação entre dinheiro e poder, reconhecimento e legitimidade. Limitando os espaços das trocas e das produções humanas, fruto do trabalho em comunidade, o mundo da vida em oposição a razão instrumental para considerar as proposições de Habermas, ou a psicoesfera em oposição a tecnoesfera para considerar



as proposições do geógrafo Milton Santos.

A complexidade da cidade se revela nas tramas do capital, que privilegia alguns e segrega grande parte. Na cidade de São Paulo, especificamente os distritos de Cidade Tiradentes e Favela do Icarai, são a representação desta condição que como, franja e sombra respinga nos modos de vida e condições de todos os seres que habitam a cidade.

Por consequência desta sombra e franjas do capitalismo, a sociabilidade urbana possui uma interpretação precisa dos habitantes jovens da metrópole, sobretudo aqueles que para continuar vivendo, são obrigados a lutar todos os dias e de maneira ininterrupta (Santos, 2001, p. 32). Para estes, os jovens habitantes da periferia, a sociabilidade urbana não escapa enquanto produção sócio-espacial. Eles resistem e estão a elaborar as formas de romper ou reverter com este contexto. As organizações não governamentais e a presença da sociedade civil são elementos interessantes e importantes para promover espaços de reflexão e tomadas de decisão. No entanto, não são elas, estas organizações, que determinam as ações da população juvenil. Ela em verdade, parece incerta e meio descompromissada com as questões do contexto.

Parece alheia a trama da cidade, disposta a participar da linguagem do poder e da segregação como mostram os altos índices de violência e os elevados índices de jovens encarcerados em prisões para menores infratores. Eles são jovens pertencentes às bordas da cidade, da periferia, das franjas do capitalismo que não suaviza o cotidiano destes povos.

Paula, 21 anos, moradora da Favela do Icarai, estudante, refere: Eu sei que aqui não é o meu lugar. Eu prefiro trabalhar para comprar um terreno e fazer a minha casa. Porque tudo o que você põe aqui não é seu. Nunca será seu. Não é um terreno legal. Amanhã a prefeitura pode tomar. O que é que adianta uma casa acabada, com piso e tudo se não é sua. Eu também tenho o direito de morar lá embaixo. Eu acredito que vou conseguir. É claro que é preciso também lutar para melhores condições de vida aqui, a água, o saneamento, a escola, opções de lazer e cultura. Nós trabalhamos por essa conscientização. Mas o importante é que aqui, todos nós podemos discutir e lutar juntos pelo que queremos, pelo que achamos justo. É claro que é difícil, mas é preciso começar de alguma forma. Há um muro que separa os jovens da favela da cidade. É preciso romper este muro. Nós estamos excluídos de tudo.

Débora, 23 anos, moradora da Favela do Icarai, estudante, diz: Olha, eu não me importo não de continuar a morar aqui. Mas eu quero que seja de uma maneira melhor. Eu me sinto bem aqui. Eu sei que minha mãe é uma pessoa que já sofreu muito. Nós temos uma história um pouco triste. Meu pai precisava arrumar um emprego para ganhar mais. Mas ele não tinha escolaridade. Aí todos nós nos unimos, íamos todos os dias vender bala no farol pra pagar o curso dele de vigilante. Aí conseguimos o dinheiro, trabalhamos muito. Dia de sol e chuva. Aí ele fez o curso, conseguiu trabalho, ficou bem e deixou a gente (choro). Então eu quero dar à minha mãe uma condição melhor. Por isto eu vou





estudar neste ano. Eu quero terminar o colégio para me formar. Sei que é uma coisa importante, e assim eu posso ajudar melhor a minha mãe.

Fábia, 25 anos, moradora da Cidade Tiradentes, jornalista desempregada: Eu acho que há muita coisa a ser feita. As pessoas ainda não acordaram. Aqui mesmo. Há movimentos, mas as pessoas não são abertas para coisas novas ainda. Há uma necessidade de comandar, de ter poder sobre as pessoas. De deixar todas num mesmo nível de entendimento. Como um círculo viciado. Eu estou cansada. Eu não vejo saída de como as coisas podem mudar por aqui. Eu sei que algumas coisas estão melhorando, eu mesma estudei no colégio daqui, vivo aqui. Eu sei que me esforcei para ser o que sou, tenho capacidade, competência, mas e aí? Parece que não é o que importa. Não consigo emprego porquê? Tenho qualificação, inteligência, esforço, porquê sou descartada? Eu desisti de participar e dar minha colaboração para o movimento cultural do bairro. Parece que eles querem ouvir sempre as mesmas vozes...

Tiago, 19 anos, morador da Vila Brasilândia, modelo e torneiro mecânico: Eu não aguento mais. Eu preferia fazer um trabalho com pessoas. Ser oficinairo. Eu não quero mais ficar na firma. Mas esse cara me ajuda pra caramba. Eu fazia free como modelo e aí eu conseguia ganhar para uns três ou quatro meses. E ele - o patrão - me deixava sair para os dias de desfile. Eu sei que lá eu posso sustentar meus irmãos. Eu comprei a casa da minha avó. Ela me vendeu e eu ponho as regras lá. Meus irmãos quando é 9 hora já tão todos na cama. Se querem ver televisão eu deixo. Mas é dentro de casa. Essa de ficar na rua depois das nove não é bom. É estudar, almoçar, jantar, fazer dever e dormir. É assim que tem que ser. Mas eu sei que as pessoas aqui não gostam de mim. Porque eu sou modelo dizem que eu gosto de me aparecer. E eu também 'faço zoadá' com a cara das meninas... Mas agora eu parei. Mas eu não quero mais ser torneiro, mas não tenho como sustentar meus irmãos, se deixar de ser torneiro. Eu quero ser oficinairo - eu já fiz muitos cursos de teatro, eu ganhei uma bolsa, mas depois que minha mãe voltou - ela abandonou a gente e foi embora, não deu notícias - agora voltou pra fazer bagunça! Meus irmãos já nem me obedecem mais. Está um inferno. As vezes penso que ela fez macumba pra mim. Pra eu ficar confuso'.

O que há em comum entre estas pessoas além de habitarem o território da exclusão, as bordas da cidade, é o fato de serem negros, jovens, participantes de movimentos sociais ou associações em seus bairros de moradia. Eles questionam a vida, o lugar social, as relações com o contexto e buscam saídas para uma melhor condição de vida.

Talvez pudéssemos inferir que os relatos não são representativos de pessoas articuladas na transformação do contexto, pois que parecem excessivamente preocupadas com suas vidas imediatas e objetivas. Porém, este caráter, de perceber-se como sujeito da periferia, e de atuarem no movimento social, mesmo de forma a garantir habilidades práticas e imediatas, refletem a capacidade de articular-se coletivamente para pensar uma outra realidade distinta da que se apresenta na atualidade.



O poder público, representado por duas gestões de tendências socialistas favoreceu o ingresso de organizações não governamentais e setores ligados à iniciativa pública como no campo da saúde e educação, que promovessem a reflexão da realidade imediata do bairro e das pessoas a fim de possibilitar parcerias sociais na transformação da realidade.

Duas gestões não consecutivas do partido dos trabalhadores (PT) fez com que os setores de saúde e educação se organizassem com maior proximidade da população do bairro. Mesmo passadas essas gestões, algumas sementes de formas de administração popular permaneceram na condição de articulação social entre poder público, sociedade civil e pessoas da comunidade.

A administração anterior e atual gestão do governo federal, mesmo tendo na capital de São Paulo um governo de direita, que prioriza as benfeitorias urbanas no centro da cidade ou nos bolsões da riqueza onde habitam a alta burguesia paulista, não puderam perpetuar a ausência governamental nestas áreas de pobreza e exclusão. A população habituada a requerer alguns direitos, permanece no diálogo com os poderes instituídos para obter melhores condições gerais de desenvolvimento através da organização de eventos, festas, shows, ocasião em que são convidadas personalidades públicas e de associações de bairros além de representantes da sociedade civil.

Nestes dois territórios estudados - Favela do Icarai e Cidade Tiradentes - são frequentes as atuações dos moradores nestes eventos. Na Favela do Icarai, os jovens que nos fornecem seus relatos são pertencentes à Associação dos Moradores da Vila Brasilândia, a qual agrega a favela do Icarai e, ex-colaboradores do Mocuti - Movimento Cultural Cidade Tiradentes.

A aparente não coesão dos relatos e os aspectos mais individuais que coletivos trazidos nos relatos podem nos sugerir que há certa alienação desta população em não reagir às formas de exclusão historicamente presentes em seus contextos de vida. Mas para além da análise imediata ela deve ser conjugada com outros aspectos do contorno da cidade na dimensão da periferia. A cidade revela a exclusão, a vida difícil da população negra e jovem e a perversidade da discriminação racial na demarcação e apropriação do espaço.

A revolução burguesa no Brasil não trouxe para a população geral do país o caráter democrático da igualdade de direitos, por mais tratou de reproduzir a herança latifundiária dos donos da terra e dos meios de produção agrícola. Sobretudo nos estados do sudeste, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, este foi um dos marcos importantes de mudança política. São Paulo rompe com os governos ditatoriais e tem força para eleger um presidente de características centro-esquerda, por dois governos (Fernando Henrique Cardoso), contudo permanece o caráter de manutenção do regime de exclusão e desprezo das populações pobres e negras do Estado-Nação brasileiro.

Na cidade de São Paulo, a força do poderio urbano industrial de uma sociedade moderna, conforme os planos do capitalismo, ficam evidentes as dificuldades que estas populações enfrentam na periferia. No entanto, elas resistem e lutam para uma outra ordem social que se engendra paulatinamente.



Se antes como o texto brevemente demonstrou, a população negra foi expulsa de seus territórios, dos espaços que construiu e produziu riquezas; hoje ela está na periferia, ocupando o espaço que lhe foi destinado. Mas ela é também atuante, dentro de seus limites de intervenção política, transformando seu cotidiano na relação com as pessoas e na discussão de uns com outros.

Se os espaços da cidade como nos informou Sennett foram reduzidos a veias, artérias e circulação a fim de evitar aglomerações e debates da população, a cidade para indivíduos e não para os coletivos, é na periferia que os espaços de vida e de discussão se estabelecem. É no convívio com os donos do tráfico que se tem a noção da exclusão da favela e do desprezo destinado a eles pelas autoridades.

A violência não intimida seus moradores, que sabem as formas de evitar os conflitos entre os criminosos do tráfico e seus filhos, o que mais intimida é a violência do descaso urbano. Da falta de vagas nos postos de saúde, da escola que aprova a criança que até os 12 anos ainda não sabe ler. Esta revolta está implícita e aparentemente “acostumada” no semblante e discurso dos moradores, sobretudo os jovens. Portanto, eles, após elegerem nacionalmente um governo que sempre se apresentou como esquerda, continuam a observar as decorrências das ações públicas sobre seu cotidiano.

O governo da administração petista em São Paulo, promoveu a construção de 21 Centros Educacionais Unificados - CEUS, os quais são compostos por três piscinas, quadra poliesportiva coberta, salão de ginástica e dança, campo de futebol, esquina de skate, teatro, onde os grupos de jovens, crianças e adultos são atendidos por faixa etária. Estes centros foram construídos em toda a região periférica da cidade nos locais de maior índice de violência, criminalidade e ausência total do poder público. Este fato trouxe significativas mudanças na relação da população com o estado, poder público e sociedade civil.

A população excluída, por conta de uma história que ainda faz reflexo na situação da identidade do povo brasileiro - o mito da democracia racial - tem ainda dificuldade de perceber e tomar decisões que realizem ruptura definitiva com as classes dominantes.

O Brasil, incluindo São Paulo, local onde o questionamento e a força cultural de acesso à informação é mais extrema, não foi ainda capaz de romper com a tradição burguesa de transmitir a ideia de um país unificado, sem preconceito racial, onde a segregação se dá pela via da classe. Por tal razão, a dimensão do esforço do governo de esquerda quando assumiu a prefeitura da cidade de São Paulo e procurou promover a elevação das condições de vida da população periférica, não vislumbrou tanta repercussão na alteração drástica das formas de administração municipal junto à população pobre.

A mesma, após haver experimentado uma gestão francamente popular, preferiu aderir novamente a um modelo de gestão burguesa, diretivo, que exclui do discurso político as necessidades das classes populares e a insere no contexto dos pobres de pão e circo.

Isto reflete a falta de unidade étnico-racial do país, a exemplo da cidade de São Paulo, pois, a população pobre, não admite ser tratada como uma população à margem, negra, pobre, excluída



historicamente das decisões do poder. Tal posição reflete permanecer no lugar de excluído, como não pertencente à cidade como totalidade, a cidade burguesa, do Shopping Center, da Academia de Ginástica das novelas, dos parques e piscinas ricas da cidade como os bairros dos Jardins ou Ibirapuera. Mas a exclusão da pobreza, no imaginário que molda a identidade do brasileiro é preferível à consciência da exclusão pela discriminação racial.

Desse modo, negar a face cruel e perversa do Brasil é tocar a ferida narcísica de um povo que possui mito de ser o mais diverso e bem resolvido no âmbito dos conflitos e guerras identitárias de todo o mundo. Como se isto lhe fornecesse a abstenção de pensar seriamente sobre si mesmo, pois não só o mito da democracia racial é forte e presente na constituição da identidade do brasileiro como o mito e intenção de ser branco como preconizou as políticas públicas de embranquecimento da população brasileira a partir da exportação e imigrantes brancos europeus.

Este imaginário assola a população como uma marca que se recusa a refletir sobre as razões da miséria, mas pleiteia a necessidade de igualdade. Porém mesmo quando ela está próxima dos níveis de desenvolvimento social de uma classe média, pequeno-burguesa, ela rejeita tal possibilidade, no sentido de se vincular e reiterar um regime conservador e burguês de administração pública, pois o estigma de ser negro, excluído e marginalizado - protótipo do habitante da periferia - é mais forte que a capacidade de perceber as tramas dos jogos de poder.

Negar a condição de ser negro é tão igual e necessário quanto negar a condição de ser morador da periferia. Por conta disto, desta identidade negada e dissimulada, é preferível concordar com um governo que prioriza a igualdade pela via dos mais iguais - a elite que comanda sem hegemonia e a população cega que reitera suas perversões. Talvez por isto a última administração petista, feminina na cidade de São Paulo, não pôde continuar seu processo e percurso de transformação.

De qualquer modo, esta população, entre mestiça e negra, despossuída de sua total identidade racial, observa os movimentos dos tempos e as decisões políticas que lhes dizem respeito. No relato dos jovens, embora sejam todos negros, não há menções sobre a condição de ser negro e o fato de habitar a favela e a periferia. Eles parecem distantes desta relação causal. Mas eles estão mais próximos de perceber a necessidade de enfrentamento do contexto a partir da crítica de seu meio social.

Eles percebem que há uma dimensão de luta, de direção de poder e que os espaços políticos, onde esta luta se dá, não se restringem às instituições políticas, a denominada “sociedade política”, mas compreendem também a “sociedade civil” (de acordo com a clássica distinção de Gramsci) (Tótor, 2003, p. 95).

Os jovens participam ou participaram de movimentos sociais, corporações associativas do terceiro setor vinculadas ao papel da sociedade civil. Eles procuram compreender seu contexto e atuar sobre ele de maneira transformadora. Procuram em sintonia com o meio tomar consciência de seu papel na mudança social e procuram formalizar o plano teórico e o plano prático de atuação. O estudo, o trabalho, as preocupações com a injustiça e desigualdade, as dificuldades de ordem familiar



procuram ser conjugadas com a reflexão breve sobre a vida e a atuação social.

Neste aspecto, embora a herança de governos de tradição de esquerda de tendências socialistas como o PT não tenham se efetivado na preferência da população marginalizada - mais de 50% da população - após realizar gestão prioritária para esta população, os avanços no processo de democratização foram efetivos. Isto significou ampliar a participação e organização dos sujeitos coletivos, considerando suas diferenças, diversidade e autonomia.

Este processo é possivelmente lento, se considerarmos os anos de ditadura militar e coronelismo a que a sociedade brasileira esteve sujeita (e ainda se mantém em uma ou outra esfera). Mas é paradoxalmente rápida a mutação que se opera nas formas de organização da população coletiva - jovem, negra e mestiça - que requer gradativamente e permanentemente a participação no poder.

A sociedade civil, representada pelas organizações não governamentais nacionais e internacionais, se aproveita desta circunstância promovida pela ausência do estado nos focos de pobreza do país. Umhas mais e outras menos alinhadas às demandas do capitalismo reproduzem com certa lógica a apropriação da força de trabalho - mão de obra - da população dos distritos pobres.

Os jovens - os mais vulneráveis aos apelos destas ONGS - são os mais requisitados no escalonamento do exército de voluntários da *'transformação social'*.

Contudo, nos territórios estudados, a presença de ONGS internacionais, apenas promovem, a subsistência financeira de alguns grupos de pessoas dentro do universo social da favela e da periferia. Na favela do Icarai, os jovens portadores dos relatos, fazem parte de um programa de prevenção à DST-AIDS, o qual, entre outras coisas, promove palestras de reflexão sobre a promiscuidade sexual, a necessidade de prevenção de doenças e gravidez pelo uso do preservativo e encontro entre jovens. São os próprios jovens e adolescentes, que são cadastrados para realizar as palestras de informação. Mensagens "de jovens para jovens" as quais visam atingir o esclarecimento da população juvenil. Para tal intervenção os mesmos ganham uma bolsa - auxílio/benefício - para realização das palestras e grupos de encontros.

Ainda que, as necessidades de trocas e esclarecimento entre os líderes do grupo e os profissionais técnicos das ONGs não se realizam, porque estes só aparecem quando há a necessidade de elaborar relatórios para justificar as verbas e recursos fornecidos para o desenvolvimento local. Na favela do Icarai, o representante da sociedade civil é uma parceria entre uma ONG estrangeira - da Inglaterra - com a Associação de Moradores do Bairro.

O mesmo acontece no conjunto habitacional Cidade Tiradentes, onde o Movimento Cultural do bairro, embora não seja de caráter internacional, procura, conforme relato de uma das jovens protagonistas deste estudo, permanecer com as diretivas do poder. Negando um aprofundamento e questionamento de novas situações e realidades levantadas por outras vozes e pessoas distintas daquelas que sempre fizeram parte de seu contexto.

Neste sentido, ambas as realidades, negam a participação efetiva da sociedade e população



habitante do contexto. Embora o seu papel seja o de fomentar o protagonismo social, elas - as ONGS em parceria com setores da sociedade civil - acabam por cercear a possibilidade de ruptura total com as demandas do poder. Seria como se os representantes da sociedade civil, frente a ausência do Estado, procurassem assumir as rédeas do poder frente a população e dominá-la a partir de seu próprio engajamento. Este caráter parece inerente às redes do capitalismo, que no cerne das relações sociais, acaba por influenciar os melhores projetos de desenvolvimento e autonomia humana.

Nos dois contextos deste estudo de caso, fica visível que há um malogro formal na capacidade de autonomia real dos sujeitos. Presos que estão às condições do não diálogo com a sociedade civil - no caso da garota recém-formada jornalista da Cidade Tiradentes, bem como os jovens que hesitantes no diálogo com questões mais abrangentes que transcendam seus espaços objetivos de vida na Favela do Icarai, participam com certo engajamento nas questões sociais do bairro através da atuação nas atividades de ONGs e associação de moradores.

No final de 2006, na Favela do Icarai, outra ONG brasileira, iniciou suas atividades de geração de emprego e renda através do trabalho dos jovens moradores da favela que frequentam oficinas de bijuterias para venda em feiras e eventos promocionais.

Estas disposições são o que há. Mas não há, ao que parece, uma atitude de questionar e verificar qual seria o interesse real desses jovens em seus contextos de vida e transformação pessoal e coletiva.

A sociedade civil, representada pelas ONGS nacionais e estrangeiras, os movimentos juvenis que nascem no seio mesmo do bairro para discutir as demandas sociais a que estão sujeitos, não possuem a dimensão de percepção do distanciamento que fornecem às discussões dos sujeitos. Ou está efetivamente cooptada pela rede do capitalismo que independente da questão do sentido humano, procura escravizar e fornecer uma aparência de autonomia e liberdade de discussão e opção aos sujeitos sociais?

Em que medida o papel da sociedade civil é realmente relevante para a tomada de consciência das populações periféricas, que excluídas das riquezas da cidade, vivem um cotidiano de discriminação, desigualdade e violência?

Embora eficiente no caráter popular, com o declínio do governo petista na cidade de São Paulo uma lição pode ser abstraída: a ciência de que o poder não se concentra apenas na “sociedade política”, mas atravessa as diversas instituições da “sociedade civil” (Weffort, 1989, p. 76).

Sob este aspecto, o papel das ONGs atreladas às funções da sociedade civil é importante para o prosseguimento das mudanças das relações de poder e tomada de consciência da população. Por outro lado, elas subvertem esta mesma ordem das coisas, reproduzindo o caráter de domínio e não autonomia dos sujeitos, encarcerando-os nas medidas e limites das coisas possíveis nos espaços de atuação que lhes interessa. Interesse de quem? Transformar para quem? Ou perpetuar uma ordem de exclusão que favoreça a aceitação e conformismo dos sujeitos em pertencer a classes sociais subalter-



nas capazes de usufruir a “meia boca” das riquezas produzidas pelo fruto do trabalho de toda humanidade? Teriam estas discussões entre os poderes associativos a dimensão de inibir revoltas e diminuir as expressões de violência frente às extremas desigualdades sociais a que estão sujeitos historicamente o povo da periferia?

Estaria a periferia fadada a permanecer numa cidade nas franjas do capitalismo e não ganhar sua autonomia definitivamente nas redes de decisão do poder e da solicitação de igualdade de direitos e utilização dos bens públicos da cidade?

Nas cidades altamente capitalistas, como nos Estados Unidos, onde o regime de direito atingiu condição forte no processo decisório da vida social das pessoas, os conflitos entre centro-periferia se resolvem na luta de classes. Mas esta luta está totalmente atrelada à dimensão étnico racial (Fernandes, 1989, p. 98).

A condição de perceber a segregação sócio-espacial é inegável quanto à dimensão étnica e não há dúvidas quanto às formas de luta e maneiras de exigir a distribuição e divisão do poder. Embora as violências e conflitos sejam sempre eminentes, a solução parece direcionar-se sempre para a perspectiva da igualdade entre negros, minorias étnicas e brancos. Em disputas acirradas pela igualdade de direitos. E mesmo no conflito, ou no pior dos casos, na violência, há a condição de perceber e fazer o confronto, como uma luta perpétua que não cessa de procurar respeitar a voz dos historicamente prejudicados.

No Brasil, este confronto, embora aparentemente na iminência de se realizar, não se efetivou com as promessas do último governo eleito no cenário federal. A decisão de favorecer a igualdade racial no cenário brasileiro garantiu a eleição e reeleição do governo petista de tendência socialista e tradição de esquerda. Mas as propostas, planos de atuação governamental e social, não se efetivaram ainda no cenário do país no que diz respeito à população negra e mestiça.

Cada iniciativa governamental para efetivar as promessas de seu plano de governo anterior a sua eleição no referente à população negra do país, é ferozmente contestada pela elite burguesa que ainda domina grande parte do cenário social do país como imprensa, opinião pública e meios de produção capitalista.

As barreiras a que o governo está sujeito o fazem recuar palmo a palmo nas decisões que implicam assumir efetivamente um projeto de país para todos os brasileiros reconhecendo as dívidas históricas em relação à população negra que produziu a riqueza do país e que hoje habita a periferia das cidades. Sendo o contingente populacional mais elevado em termos de população juvenil - a geração de brasileiros do futuro (Oliveira, 2008, p. 182). Sendo assim o papel da sociedade civil torna-se imprescindível a fim de forçar as decisões governamentais e fazer-se representar na evolução da democracia e igualdade no país.

O movimento negro, neste aspecto, precisa fazer-se representar nestes cenários de exclusão - a periferia - e conseguir implantar um discurso que atenda ao conjunto total da população brasileira. Por



outro lado, diferenças ideológicas e políticas acabam por dividir a força de atuação do movimento em todo o contexto das cidades brasileiras, embora sejam inegáveis os avanços que a atuação do movimento negro forneceu à própria eleição e reeleição do primeiro governo com características de esquerda no país.

Contraditoriamente, as forças políticas atuantes, não se convenceram desta força de decisão no contexto social da vida do país e mesmo o movimento negro hoje, parece menosprezar este caráter decisório que promoveu a ascensão dos movimentos sociais de esquerda ligados ao atual governo.

Neste sentido, as diferenças e peculiaridades entre Brasil e Estados Unidos são diversas, mas elas se distanciam principalmente na clareza em perceber ou admitir a força das diferenças étnicas e raciais nas tomadas de decisão do poder.

Enquanto nos Estados Unidos a clareza desta condição é motor para pleitear políticas específicas para a população negra na demarcação distinta, força de igualdade, na sociedade americana; no Brasil, a hesitação quanto a questão racial distancia a possibilidade de execução de medidas que atendam ao conjunto social do país.

Com realidades diferentes quanto a dimensão e tratamento da dimensão étnico racial dos Estados Unidos, o Brasil tem muito a oferecer ao mundo em relação as condições de superar a violência dos contextos urbanos no que tange a dimensão da distribuição da riqueza a partir de uma verdadeira política de reconhecimento social da população negra no país.

No entanto, isto implica discutir a identidade do brasileiro, que resistente a qualquer mudança parece ferir-se em autoestima, quando considerado negro em sua dimensão real de vida.

A divisão social se dá antes pelo sentimento de “*sentir-se negro*” e pertencer a um segmento social desvalorizado historicamente.

Por outro lado, a banalização da condição de “*ser negro*” quando se diz que todo brasileiro possui sangue negro nas veias e, portanto, não há que se discutir a dimensão étnico racial já que somos todos no contexto do Brasil de uma maneira ou de outra negros, e o importante é discutir finalmente a dimensão da distribuição de renda nas camadas sociais do país, isto nos distancia das possibilidades de avanços em relação a dois aspectos que são apenas um na dimensão da realidade social do país: 1 - a dimensão da desigualdade e segregação étnico-racial; 2 - a dimensão da igualdade e desenvolvimento das classes pobres e populares do país.

No censo do IBGE, 2000, bem como nas cartografias dos territórios da metrópole de São Paulo observa-se que a população negra e jovem é a população habitante das periferias paulistanas. No mesmo sentido, entre brancos e negros são os negros e mestiços os que ganham menos mesmo quando possuem a mesma escolaridade dos brancos. São os negros que entre os pobres, são os mais pobres, mesmo quando habitam os mesmos territórios na exclusão da periferia (Oliveira, 2008, p.184).

Nos distritos estudados observamos que os índices de desenvolvimentos entre brancos e negros são distintos, mesmo quando estão sujeitos às mesmas condições de acesso a bens públicos e sociais.





Isto se explica porque as condições de discriminação e preconceito raciais são determinantes no processo de conquista de autonomia e oportunidades sociais e financeiras (Oliveira, 2008, p. 107).

Assim sendo, mesmo que a sociedade civil esteja, em certo sentido, cooptada pelas redes do poder capitalista, cabe a ela fazer a crítica a este sistema - o capitalismo - e às relações sociais no cerne do Brasil.

Cabe ao movimento negro, em conjunto com a sociedade, balizar esta crítica, a fim de que a mesma represente os interesses da comunidade brasileira e seja legítima dos anseios das populações jovens, negras e mestiças que habitam a periferia.

A noção de hibridismo e mestiçagem deve pautar a questão da igualdade, mas não se pode esvaziar a necessidade de luta social a partir do critério que a igualdade está para a anulação do reconhecimento das desigualdades raciais. Compete esclarecer e afirmar que medidas de ação afirmativa são necessárias para superar as relações sociais que se sustentam a partir de diferenças raciais e se escondem sob uma identidade mal formulada no plano psíquico da condição de perceber-se brasileiro.

Ser jovem negro e habitar a periferia é mais que uma característica de desamparo social de uma determinada classe que requer visibilidade. Ser jovem negro e habitar a periferia é representar o contingente populacional brasileiro em sua maioria e estar sujeito a formas de discriminação e subordinação seja através de um regime capitalista escravocrata, seja através de um capitalismo moderno urbano industrial.

A segregação sócio-espacial no Brasil mostra que as cidades brasileiras constituem-se como bolsões de riqueza e pobreza. Separações distintas entre brancos e negros, brancos ricos e populações mestiças. As cidades brasileiras, a exemplo de São Paulo, estão nas franjas do capitalismo. De um capitalismo perverso que não considera os sujeitos e requer distinções entre eles para reinar absoluto sobre todos. A lógica da divisão e da acumulação do lucro e do poder justifica toda forma de discriminação e preconceito.

Se antes as populações negras do mundo foram escravizadas sob diferentes justificativas, especialmente pela classificação enquanto pouco civilizadas - no sentido cristão de combate ao paganismo - bem como inferioridade e não pertencimento a raça humana, hoje, o que se vislumbra nas cidades brasileiras é a lógica da exclusão e do barbarismo, o qual as populações negras e jovens reagem na mesma intensidade do sarcasmo e da hipocrisia.

No contexto europeu, na cidade de Paris, as revoltas nas “*banlieues*” parecem representar esta crise de identidade que se opera no contexto mundial das cidades capitalistas, urbanas e industriais. Os meninos percebem que não são iguais na república dos direitos dos homens. Que a cidade não lhes pertence e que os aparelhos do estado não servem senão para aprisioná-los e conformá-los ao sistema.

No Brasil, embora a crise ainda não se faça sentir sob a perspectiva étnico-racial, a emergência



da periferia, parece assustar a todos, quando os meninos resolvem promover ataques com data e hora marcada na cidade para deprender ônibus e estações ferroviárias. Eles, os meninos, não estão sozinhos. No Brasil eles agem nestas revoltas em conjunto com marginais adultos, líderes do tráfico e da violência que requerem a expressão de seus poderes na ordem do dia da cidade.

Neste sentido, na rede da diáspora negra sobre o mundo, cabe observar e esclarecer que todas as populações negras do mundo requerem por vias diretas, como nos Estados Unidos, ou indiretas, sem a clareza de suas proposições como no Brasil, o respeito a sua condição de sujeitos. Como requerentes de participação da cena social e tomadas de decisão de poder. Poder que pela rede de um capitalismo sob o estágio perverso de uma globalização que retira as identidades das pessoas, caminha para a exclusão mais acirrada das populações mundialmente discriminadas.

Ainda que assim seja, tanto os movimentos juvenis, as revoltas nas periferias parisienses, como a hesitação dos jovens brasileiros que forneceram o relato para este estudo de caso, parecem ter a noção de uma questão: que algo de podre determina às relações de vida e poder das populações pobres e que é preciso reverter de alguma maneira as formas de conceber a sociedade. Eles, no Brasil, aceitam ajudas da sociedade civil, ONGS, e do próprio poder público lhes fornecem, mas parecem não deixar de desconfiar das tramas que justificam tais tipos de ajuda.

Os mesmo, ainda não possuem a clareza do sentido de “*ser negro*” e pertencer aos contextos periféricos, mas possuem a lucidez de que o poder precisa ser rearranjado para melhor desenvolvimento social de todos. Nesta direção, um sentido de identidade parece alterar-se e após eleger o primeiro governo francamente popular e de esquerda outras direções inusitadas poderão se determinar. Os caminhos desta identidade, ainda não sabemos, mas sabemos que ela marcha para a superação das contradições dos contextos.

É possível, inclusive, que um aparente retrocesso se instale, a exemplo do que ocorreu na gestão petista na cidade de São Paulo, que atendeu os anseios da população e, no entanto, não se reelegeu. É possível que o “*povo*” experimente outras formas de poder, a fim de verificar e decidir que não está sujeito a um e outro discurso de proteção dos humildes que acabam por encarcerar sua autonomia de sujeito.

É possível que o povo brasileiro, negro e mestiço, tão peculiar e com “*fama*” de pacífico, esteja a esperar como bom mineiro e bom baiano, qual direção tomar. Talvez, tenhamos que esperar por mais alguns tempos. Mas o fato é que a sociedade brasileira começou a tempos a fazer a sua revolução interna.

Os jovens negros, habitantes das periferias das metrópoles, formulam e esboçam projetos de identidades, parecem requerer rupturas efetivas com as questões sociais de hoje e participar de uma cidade igualitária para todos.

Por enquanto, podemos ficar com as menções de dois sociólogos brasileiros de geração distinta: um jovem em termos de percurso acadêmico e outro já falecido e de grande prestígio nacional e



internacional. Ambos reavaliaram suas posições quanto a questão do negro no Brasil e foram capazes de perceber o quão peculiar é a sociedade brasileira e a necessidade de transformação pela via popular mais genuína de seu contingente mais representativo em termos absolutos: a população negra.

Antonio Sérgio Alfredo Guimarães na segunda edição do livro *Racismo e antirracismo no Brasil*, após dez anos, refere que se opunha às políticas de ações afirmativas para a população negra nas universidades. Mas dadas as formas como transcorreu o debate, as pressões sociais no âmbito nacional e internacional tornou sua adoção inevitável.

Ele refere que a oposição, às ações afirmativas no Brasil, se justificam em razão de que nossa identidade racial é ambígua, ou seja, pode ser mudada e negociada socialmente (Guimarães, 2005, p. 8). Isto é realmente verdade, e concordo com a afirmação quando me refiro neste texto, que a população jovem e negra da periferia hesita em assumir posições políticas que reiterem e reafirmem sua identidade negra, como nos próprios discursos dos jovens aqui apresentados.

Porém a despeito disto, o fato é que não parece haver outra saída para a construção social igualitária do Brasil se não superarmos o estigma de não reconhecimento de nossa majoritária negritude. A qual é componente certo na situação das desigualdades no país, cujo não reconhecimento, compactua com uma política capitalista que subjuga os humanos a perversão pelo lucro e pelo poder.

A proposta que a juventude negra habitante da periferia aponta, ainda não se formulou, mas se gesta na contradição e observação do contexto. Ela parece querer esperar para tomar a decisão que lhe cabe. Na hora certa em que se fizer presente nas decisões do poder. Marcha, a passos que não conseguimos discernir. Mas ela marcha.

A música, as expressões juvenis da arte e da cultura negra pela capoeira, o hip-hop, o rap, a estética da periferia, são mensagens e símbolos que a cidade emana e que transmitem essa oposição de forças. Ao que aparenta, pela exposição de suas insígnias e símbolos, a presença negra parece afirmar-se no sangue da periferia e a estética de jovens brancos de segmentos ricos e burgueses que também se afirmam a partir desta estética no reconhecimento de que é preciso reverter a ordem de direcionar o poder. Uma espécie digamos, *'meio irracional'* de solidariedade.

Parece, por esta via, na compreensão dos fluxos e fixos, veias e artérias da cidade, que uma identidade no sentido globalizado está se desenhando nos contextos urbanos. Identidades que transcendem aos contextos periféricos. A cidade nas franjas do capitalismo, pela ação-expressão da juventude, parece querer romper com a complexidade e perversidade da cidade. Habitar a periferia e ser jovem negro parece contrapor-se a toda gama de considerações sobre o poder. Ainda que no nosso estudo de caso essa contraposição não se apresente claramente.

Sendo assim, Florestan Fernandes talvez possa nos emprestar algum indício de lucidez frente às sombras, as franjas que o capitalismo faz sobre a cidade na periferia: “Os negros e mulatos são um fantástico fermento revolucionário. Estimular a segregação é fazer o jogo das classes dominantes” (Fernandes, 1989, p. 99). Os relatos dos jovens negros habitantes da periferia parecem querer rom-



per com esta segregação do espaço. No uso lícito por todos dos benefícios e riquezas da produção do território.

Eles falam de si e ao falar de si encontramos e podemos escutar as necessidades de uma coletividade. Uma identidade que se desenha na complexidade dos tempos de um estágio emergente do capitalismo - a globalização - que promove o hibridismo dos povos e os fluxos e deslocamentos dos homens sobre os territórios do planeta.

Os povos da diáspora negra, do Atlântico, são os que nas Américas continuam, ao menos no Brasil onde são os mais numerosos, a fazer os deslocamentos de migrações e imigrações contínuas. Ambas a buscar soluções para o enfrentamento da desigualdade, das dificuldades, das discriminações e da pobreza. Quanto mais o mundo parece globalizado, mais as porteiras e restrições mundiais se colocam na preservação e protecionismos de fronteiras populacionais e comerciais. Mas ainda assim, a esperança desta população é um misto de desespero e desamparo ao mesmo tempo que renasce em enfrentamento e conquista.

Os jovens negros dos distritos de São Paulo, dentro da rede de considerações mundiais, representam o contingente explorado e desprezado pelos regimes capitalistas que não superam as desigualdades e não pleiteiam uma política antirracista. Eles estão às margens, mas nas bordas eles desenham um nível de consciência que questiona a lógica da vida e do sistema, a partir da simplicidade do cotidiano da favela e dos conjuntos habitacionais. As cidades complexas do capitalismo constituem, para eles, fruto de indagações a serem superadas. As quais aguardam - no bojo de uma gestação gradativa e esperançosa - o nascimento de uma identidade negra representativa de todos os brasileiros.

Tal identidade se constrói e se cria a partir de metáforas que se expressam nas falas aparentemente inconsistentes dos jovens apresentados. Se o discurso direto não promove a total reflexão política do contexto, ela demanda nichos de oposição e questionamentos. Esta identidade está presente na música, na estética, nas expressões juvenis da arte e da cultura que atravessam espaços e territórios da periferia, do Brasil para alçar visibilidade em diferentes contextos de representações sociais, culturais e políticas, mas com similaridades de pertencimento étnico racial em termos de igualdade e respeitabilidade no cenário mundial.

A linguagem - identidade -, de jovens em contextos urbanos das periferias das cidades capitalistas, ecoam e encontram lugar na ordem dos dias de hoje. Uma revolução talvez impossível de ser pensada em sua faceta mais elaborada parece fazer parte deste contexto. Um segredo juvenil que se esconde e se revela pouco a pouco no cotidiano das crises urbanas entre suas populações apartadas por um regime que prima pela divisão e pela não solidariedade às necessidades das coletividades.

Um segredo de formulação de identidade que pode nos trazer agradáveis e sofridas revoluções em um tempo impreciso; bem ao gosto e sabor da juventude. Um tempo que pode ser longo ou breve: a explodir como uma bomba ou a esperar pela primavera por um longo e quase infundável inverno. Se



o tempo pode nos frustrar as necessidades imediatas dos caminhos, ele nos traz, a certeza de que os ares de hoje são outros. E o processo de alteração das decisões políticas e sociais já si iniciou.

Em termos das cidades do Brasil, a partir das considerações da metrópole de São Paulo, esta é a esperança que no discurso indireto dos jovens negros da periferia parece ecoar nas palavras - mensagem - do intelectual ativista:

Eu acredito, como sociólogo e socialista, que não haverá mudança estrutural nenhuma, enquanto o negro não tiver uma presença ativa, constante e de massas na luta por igualdade racial. Se não, as alterações vão ser superficiais, concessões servindo não aos negros, mas aos interesses da sociedade global. E o negro deve trazer a esse processo de luta a sua experiência, a sua vivência, pois é o elemento que apresenta as exigências mais dramáticas. Eles sofreram a opressão durante tanto tempo, e de uma maneira tão intensa, que sua participação numa luta pela transformação da sociedade não é apenas necessária, é fundamental. Eles podem trazer para o combate político a sua experiência na luta contra todo tipo de opressão, discriminação e violência para redimir as injustiças todas perpetradas contra eles. Enfim, a luta racial tem de caminhar junto com a luta de classes. Separá-las, numa sociedade multirracial, é incorreto. (Fernandes, 1989, p. 99).

O hibridismo e a multirracialização no Brasil é um caráter francamente explorado para conferir uma imagem de harmonia e negação de conflitos e desigualdades.

Este estágio declina-se como o fim de uma era de ilusionismos impressa no mito e imaginário da identidade brasileira. Por tal razão os conflitos tornam-se cada vez mais visíveis e acirrados, em debates que a mídia televisiva tenta esvaziar com a transformação do discurso de oposição e questionamento em futilidades presentes nas representações de uma pequena e indesejável parcela da população.

Os mecanismos de poder e comando, na complexidade dos destinos das cidades do capitalismo são argutos quando vislumbram a rebelião dos condenados: fazendo-os participar do circo, elas - as elites burguesas - pretendem congelar as manifestações do pensamento das massas.

Estas estratégias de poder já são conhecidas e renovam-se nas formas e mecanismos sofisticados de estreitamento das possibilidades de transformação do eixo de condução das forças. Em um momento em que as migrações e o deslocamento de populações são contínuos no mundo em razão dos limites de enfrentamento das populações sofridas em busca de melhores oportunidades de participação no mundo do trabalho e no mundo da vida, os jovens negros habitantes das periferias de São Paulo, bem como os conflitos de 2005 da Paris de uma esquerda enfraquecida, podem representar a gestação talvez tardia e lenta, porém certa, de uma nova ordem social no mundo.



## REFERÊNCIAS

AMARAL, R. J. *Os pretos do Rosário de São Paulo: subsídios históricos*. São Paulo, Editora Scortecci, 1991.

BOBBIO, N. *Direita e esquerda*. São Paulo, Editora UNESP, 1995.

FERNANDES, F. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez, 1989.

GILROY, P. *Revisitando o Atlântico negro*. Colóquio Realizado em 2007 em Paris com Paul Gilroy.

GUIMARÃES, A. S. A. *Preconceito e discriminação*. São Paulo: ed.34, 2005.

OLIVEIRA, R. J. *Segregação urbana e racial na cidade de São Paulo: as periferias de Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Angela*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. PUC/SP, São Paulo, 2008.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1998.

\_\_\_\_\_. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Edusp, 2004.

SENNET, R. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

TÓTORA, S. As esquerdas e a democracia na década de 1980. In: TÓTORA, S. e BERNADO, T. *Ciências Sociais na atualidade: percursos e desafios*. São Paulo: Cortez, 2004.

WEFFORT, F. *PT: um projeto para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

*Recebido em julho de 2012  
Aprovado em setembro de 2012*